

Resenha Parlamentar

Resumo das atividades do Congresso Nacional, de 17 a 21 de agosto, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

VETO PRESIDENCIAL

No Congresso Nacional

Mantido o veto parcial oposto pelo Presidente da República a dispositivos do projeto que cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Falaram no encaminhamento da votação os Deputados Eurico Sales e Rui Santos (D.C. 21-8, pág. 7283).

AGENTE FISCAL DO IMPÔSTO DE RENDA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda e dá outras providências (D.C. 20-8, página 647).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Flores da Cunha apresentou projeto que prorroga a vigência da Lei n.º 419, de 3 de outubro de 1948 (D.C. 18-8, pág. 504).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que proíbe a fabricação, compra e uso de aguardente de cana (D.C. 22-8, pág. 693).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que dispõe sobre o financiamento das lavouras de café (D.C. 22-8, pág. 705).

O deputado Francisco Aguiar apresentou projeto que prorroga o prazo de vencimento dos empréstimos concedidos até 31 de dezembro de 1953 pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, aos cafeicultores de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro (D.C. 22-8, pág. 706).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei do Senado que modifica a alínea a do art. 6.º da Lei n.º 86, de 8-9-47, que estabelece medidas para assistência econômica à borracha natural brasileira (D.C. 19-8, pág. 214).

Encerrada a discussão e adiada a votação da redação final à emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que autorizou o Poder Executivo a entrar em entendimentos com os Governos Estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura para traçar e executar um plano de combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (D.C. 20-8, pág. 240).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Economia o projeto de lei da Câmara que dispõe acerca do penhor de produtos agrícolas (D.C. 22-8, pág. 253).

ANISTIA AOS TRABALHADORES

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de Decreto Legislativo que concede anistia aos trabalhadores que hajam praticado falta grave ou delito de greve (D.C. 22-8, pág. 254).

ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicados novos pronunciamentos contra o projeto que dispõe sobre nova forma de anulação de casamento (D.C. 22-8, pág. 693).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final dos projetos que concedem auxílios financeiros para atender às despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia e para a organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil (D.C. 18-8, pág. 505). Aprovadas as redações finais (D.C. 19-8, pág. 583).

Com pareceres, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que concede auxílio financeiro ao Instituto Butantã, de São Paulo (D.C. 19-8, pág. 554).

Publicada a redação final do projeto que modifica legislação que concede auxílio financeiro à Associação Brasileira de Normas Técnicas (D.C. 19-8, pág. 570). Aprovada a redação final (D.C. 20-8, pág. 636).

Publicada a redação final do projeto que concede auxílio financeiro ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia (D.C. 22-8, pág. 706).

O Deputado José Bonifácio apresentou projeto que concede auxílio ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais para manutenção de sua biblioteca (D.C. 22-8, pág. 708).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de 5 milhões de cruzeiros, para ocorrer às despesas com a reparação e restauração dos Teatros da Paz, em Belém do Pará, e do Amazonas, em Manaus, e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 500 mil cruzeiros, para ocorrer a despesa com instalação da Casa Euclidiana, em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo (D.C. 18-8, pág. 189).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União, as Faculdades de Filosofia e Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande do Sul (D.C. 18-8, pág. 189).

CÓDIGO CIVIL

No Senado Federal

Lido, apoiado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que atualiza os artigos 550 e 551 § único do Código Civil, face do artigo 156 e § da Constituição Federal (D.C. 28-8, pág. 255).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final dos projetos que: aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro; e idem de renovação entre o Governo do Território Federal de Guaporé e Alberto Josué (D.O. 19-8, pág. 571). Aprovadas as redações finais (D.C. 20-8, pág. 636).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de decreto-legislativo que aprova o contrato celebrado entre a diretoria regional do C.T. de Pernambuco e a firma construtora J. Ferreira Marques (D.C. 18-8, pág. 189).

Foram aprovados os seguintes projetos de decreto legislativo: a) que reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou o registro do contrato celebrado entre o D.C.T. e Wolney Frederico Dantas Hupsel; b) que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti Junqueira S.A.; nessa oportunidade falou o Senador Mozart Lago; c) que aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mário Pereira Duarte; d) que aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do M.V.O.P., e a firma M. S. Lino & Cia. Ltda.; e) que aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre a Polícia Militar do D.F. e a Ordem Religiosa Filhas de N. S. da Misericórdia; f) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Riomar Ltda.; e g) que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Cia. Brasileira de Material Elétrico (D.C. 19-8, pág. 217/219).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e Floriano Catarinense Peixoto, para desempenhar, na Divisão de Saúde, a função de manipulador de radiografia (D.C. 20-8, pág. 239).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de Decreto Legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato entre o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S. A. (D.C. 22-8, pág. 252).

DIPLOMACIA E TRATADOS*Na Câmara dos Deputados*

Foi a imprimir o projeto que ratifica o Tratado de Extradição firmado entre o Brasil e a Bélgica (D.C. 19-8, página 572).

No Senado Federal

Chega ao Senado a Mensagem Presidencial em que submete à apreciação dos Senadores o nome do Sr. João Carlos Muniz, Ministro Plenipotenciário de 1.^a classe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil, junto ao Governo dos Estados Unidos da América (D.C. 19-8; pág. 205).

Chegam ao Senado as seguintes Mensagens do Poder Executivo: a) que nomeia o Sr. Edgard Bandeira Fraga de Castro para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Peru; e b) que nomeia o Sr. Caio de Melo Franco Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da França (D.C. 20-8, pág. 226).

EDUCAÇÃO E CULTURA*Na Câmara dos Deputados*

Publicada a redação final do projeto emendado pelo Senado que institui no Ministério da Educação e Saúde os Prêmios Nacional de Literatura e Cultura, Nacional de Ciências e Nacional de Arte (D.C. 19-8, pág. 570). Aprovada a redação final (D.C. 20-8, pág. 636).

O deputado César Santos apresentou projeto que cria o Colégio Médico Brasileiro, destinado a propugnar pela elevação cultural, científica, moral e pelos interesses da classe médica brasileira, e dá outras providências (D.C. 19-8, pág. 574).

Publicado um substitutivo fixando as normas para processamento dos trabalhos relativos ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (D.C. 22-8, página 671).

O deputado João Cabanas apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a emitir três bilhões de cruzeiros para financiamento de postos de puericultura, jardins de infância e parques infantis (D.C. 22-8, pág. 706).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com o parecer da Comissão de Justiça, o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a realização dos exames de suficiência no exercício do magistério nos cursos secundários (D.C. 18-8, pág. 190).

FINANÇAS E ORÇAMENTO*Na Câmara dos Deputados*

Publicada a redação final dos projetos que: autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina; e aprova os pagamentos realizados pela Secretaria da Casa, durante os meses de maio e junho do corrente ano pela verba de subsídio dos deputados (D.C. 19-8, pág. 571). Aprovadas as redações finais (D.C. 20-8, pág. 636).

Publicado para estudo o parecer do deputado Oliveira Brito sobre o projeto de lei que dispõe sobre tributação excepcional admitida em legislação (D.C. 20-8, pág. 600).

Publicado também para estudo o relatório do Deputado Aliomar Baleeiro ao projeto que regula a prestação de contas das entidades de direito privado ou de direito público que recebem e aplicam contribuições para fiscais, criadas ou autorizadas por lei especial (D.C. 20-8, pág. 601).

Lido na hora do expediente da sessão de 19 de agosto o projeto do Poder Executivo sobre a criação de coletorias federais em Municípios de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina (D.C. 20-8, pág. 615).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que prorroga o prazo de que trata o artigo 1.^o da Lei n.^o 947, de 3-12 de 1949 (D.C. 20-8, pág. 626).

Foi a imprimir o projeto que abre ao Poder Judiciário créditos especiais para atender a despesas dos exercícios de 1948 a 1952 (D.C. 22-8, pág. 702).

Publicada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas decorrentes das visitas do Presidente da República do Peru e do Ministro do Exterior do Equador (D.C. 22-8, pág. 706).

O deputado Walter Sá apresentou projeto de financiamento aos produtores de sal, pelo Instituto Nacional do Sal (D.C. 22-8, pág. 707).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com parecer das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de sua Majestade o Rei Farouk I (D.C. 20-8, pág. 232).

Foram encerradas as discussões e adiadas as votações dos seguintes projetos de lei da Câmara: a) que retifica o orçamento geral da República para o exercício de 1952 e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 66.960.000,00, em reforço de verbas do Anexo n.^o 19, do Orçamento de 1952 (D.C. 20-8, pág. 239).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO*Na Câmara dos Deputados*

Publicado para estudo o relatório do deputado Ponce de Arruda ao projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências (D.C. 19-8, pág. 542). Idem da Comissão de Economia (D.C. 22-8, pág. 660).

INDENIZAÇÕES

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P. — Departamento de Estradas de Ferro — o crédito especial até a importância de Cr\$ 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás, pelos imóveis atingidos no traçado da Estrada de Ferro de Goiás (D.C. 20-8, pág. 232).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (D.C. 19-8, pág. 571). Aprovada a redação final (D.C. 20-8, pág. 636).

Publicada a redação final do projeto que concede à COFAP isenções para a importação de gêneros de consumo (D.C. 22-8, pág. 706).

No Senado Federal

Foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que concede isenção de impostos e taxas para importação de órgão destinado à comunidade evangélica de Iberubá; b) que concede isenção de direito e taxas aduaneiras para importação de maquinaria necessária ao fabrico de antibióticos (D.C. 18-8, pág. 198).

LAVOURA CAFEEIRA

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão foi aprovado com emendas o projeto que dispõe sobre o financiamento das lavouras de café (D.C. 18-8, pág. 521).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que regula o exercício das atividades dos viajantes, vendedores e representantes comerciais (D.C. 20-8, pág. 616).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sobre o funcionamento das bolsas de valores e dá outras providências (D.C. 20-8, pág. 629). Aprovada a redação final (D.C. 22-8, pág. 724).

Com parecer da Comissão de Legislação Social, foi a imprimir o projeto que modifica a redação do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44 (Acidentes do Trabalho). (D.C. 20-8, pág. 628).

Publicada a redação final do projeto que modifica o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei número 5.087, de 14-12-42 (D.C. 22-8, pág. 706).

O deputado Joel Presídio apresentou projeto de lei que dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 22-8, pág. 708).

LEI DE FALÊNCIAS

Na Câmara dos Deputados

Com substitutivo, foi a imprimir o projeto que altera o art. 199 do Decreto-lei n.º 7.661, de 1945, que dispõe sobre prescrição de crime falimentar (D.C. 22-8, pág. 704).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto que prorroga, pelo prazo de seis meses, a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D.C. 18-8, pág. 530). Iniciada a votação em segunda

discussão (D.C. 19-8, pág. 583). Concluída a votação do projeto; foi à C.R., para redação final (D.C. 20-8, pág. 637).

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei do Senado que dá nova redação ao art. 3.º da Lei do Inquilinato (D.C. 19-8, pág. 219).

MORATÓRIA

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que concede moratória às dívidas das pessoas físicas e jurídicas localizadas no Polígono das Sêcas (D.C. 20-8, pág. 627).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do Anexo n.º 5 — Departamento Administrativo do Serviço Público (D.C. 18-8, pág. 506). Aprovada a redação final (D.C. 19-8, pág. 583).

Aprovado o Anexo n.º 26 — Poder Judiciário (D.C. 18-8, pág. 518).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 19-8, pág. 205).

Chega ao Senado o Anexo n.º 3 (Tribunal de Contas) do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1954 (D.C. 20-8, pág. 288).

Chegam ao Senado os anexos ns. 7 e 8 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 22-8, págs. 248/50).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito de Cr\$ 1.756.974,31, suplementar à verba I-III-13-14-06, anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União (D.C. 22-8, pág. 252).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Brígido Tinoco apresentou projeto que dispõe sobre os empregados das empresas ferroviárias, encampadas ou que vierem a ser encampadas pelos Governos da União, dos Estados ou dos Municípios se regerão pela Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 18-8, pág. 504).

Publicadas as redações finais dos projetos que abrem créditos especiais para atender ao pagamento de salário-família no D.A.S.P. e abono de emergência ao pessoal dos serviços executados em regime de acordo (D.C. 19-8, pág. 571). Aprovadas as redações finais (D.C. 20-8, página 636).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto que revoga o art. 23 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1953, que concede abono de emergência aos servidores do Poder Executivo da União e dos Territórios (D.C. 19-8, pág. 573).

Lido na hora do expediente da sessão de 19 de agosto o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito suplementar para pagamento de gratificação adicional devida a médico do M.A. (D.C. 20-8, pág. 615).

Da Comissão de Finanças foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito para pagamento de acréscimos de vencimentos concedidos a Ministros do Tribunal de Contas (D.C. 20-8, pág. 629).

Publicado o parecer do Deputado Alencar Araripe à mensagem do Superior Tribunal Militar que solicita crédito suplementar para pagamento de gratificação adicional (D.C. 22-8, pág. 660).

No Senado Federal

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MES, o crédito especial de Cr\$ 623.510,50, para pagamento de gratificação de magistério; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MES, o crédito de Cr\$ 11.600,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Álvaro Osório de Almeida, falecido professor catedrático da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil; e c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MES, o crédito especial de Cr\$ 27.890,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores integrantes de comissões examinadoras (D.C. 18-8, págs. 190-191).

Lido, aprovado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça, do Trabalho e Previdência Social, do Funcionalismo Público Civil, e de Finanças o projeto de lei do Senado que modifica a denominação dos atuais cargos de Procurador-Geral da Fazenda Pública (D.C. 18-8, página 194).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissões e funções gratificadas do quadro do pessoal dos órgãos das 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Regiões da Justiça do Trabalho, e dá outras providências (D.C. 18-8, pág. 198).

Encerrada a discussão e volta às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos Institutos federalizados do ensino superior (D.C. 18-8, pág. 201).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 494.573,90 para gratificação de magistério; b) que altera a redação do art. 10 do Regulamento do Instituto Rio Branco; c) que estende aos aposentados pela compulsória de idade, antes da Lei n.º 458, de 15-11-52, as vantagens e direitos concedidos pelos artigos 24 e 45 da mesma Lei; e d) que estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União, e para representantes da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho (D.C. 19-8, págs. 212-214).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 677.892,20, para pagamento de gratificação de magistério (D.C. 20-8, pág. 233).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que promoverá a transferência, para o Serviço da União, como extranumerários dos empregados brasileiros, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Para encaminhar a votação falaram os Senadores Melo Viana e Mozart Lago (D.C. 20-8, pág. 235).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P.-D.C.T., o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das agências Postais Telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (D.C. 20-8, página n.º 239).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que cria cargos isolados, de provimento efetivo no Quadro Permanente do Ministério da Guerra (D.C. 22-8, pág. 252).

Foram a imprimir os pareceres da Comissão de Redação aos seguintes projetos de lei do Senado: a) que dispõe sobre o pagamento de salário-família; e b) que manda computar como de Serviço Público da União o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina (D.C. 22-8, pág. 255).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que revigora para todos os efeitos os decretos de melhoria de reforma dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy (D.C. 22-8, pág. 706).

No Senado Federal

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucuí, Príncipe da Beira e Clevelandia. Para encaminhar a votação falaram os senadores Ismar de Góis, Pinto Aleixo, Alfredo Neves, Onofre Gomes e João Vilasboas (D.C. 20-8, págs. 236-38).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre os oficiais e praças graduadas ou não, sobreviventes dos corpos de Bagé e da Lapa, promovidos ou comissionados por atos de bravura ou por serviços relevantes, passando a perceber da data desta lei, como se efetivos fossem, os seus vencimentos pela tabela atual; e b) que dispõe sobre o projeto de lei da Câmara que modifica o art. 2.º da Lei n.º 288, de 8-6-48 (D.C. 20-8, págs. 321-32).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucuí, Príncipe da Beira e Clevelandia. Durante o debate falaram os senadores Ismar de Góis, Onofre Gomes, Pinto Aleixo e Alfredo Neves (D.C. 22-8, páginas 258-60).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o parecer do Deputado Lucio Bittencourt às emendas do Senado Federal ao projeto que dispõe sobre o petróleo brasileiro (D.C. 22-8, pág. 674).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final dos projetos que: autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de proventos de aposentadoria no Território do Rio Branco; e concede pensão especial à viúva do ex-magistrado Francisco Gonçalves Campos (D.C. 19-8, pág. 571). Aprovadas as redações finais (D.C. 20-8, pág. 636).

Publicada a redação final do projeto que concede pensão à viúva do Cel. Antonio Antunes Alencar (D.C. 22-8, pág. 706).

O deputado João Cabanas apresentou projeto que torna obrigatória a prestação de assistência médica hospitalar e odontológica pelos IAP e CAP aos seus associados (D.C. 22-8, pág. 707).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a contribuição para o IPASE dos Servidores não inscritos por limite de idade. Durante a discussão para encaminhar a votação, falaram os senadores: Ismar de Góis e Mozart Lago (D.C. 18-8, pág. 197).

Foi a imprimir com parecer da Comissão Técnica o projeto de lei da Câmara que releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa à percepção do respectivo montepio (D.C. 19-8, pág. 212).

Foi aprovado o parecer da Comissão de Redação ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as operações imobiliárias pelo IPASE (D.C. 19-8, pág. 219).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as contribuições do montepio civil e dá outras providências (D.C. 20-8, página 240).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS
PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto emendado pelo Senado que dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica (D.C. 19-8, pág. 570). Aprovada a redação final (D.C. 20-8, pág. 636).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a construir edifício para sede dos serviços do quartel general da 2.^a Região Militar, em São Paulo, alienar o terreno onde se encontra edificado o prédio do mesmo Quartel-General, e dá outras providências (D.C. 18-8, pág. 189).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 45.271.064,90, para pagamento dos transportes efetuados pelo Loide Brasileiro (D.C. 18-8, pág. 191).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que assegura o financiamento, a longo prazo, dos serviços públicos municipais. Durante a discussão falaram os senadores Mozart Lago, Alfredo Neves e Ismar de Góes (D.C. 18-8, pág. 195).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 36.892.748,30, destinado ao pagamento de transporte de malas postais por via aérea (D.C. 18-8, pág. 201).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior, por empresas brasileiras e estrangeiras (D.C. 19-8, pág. 212).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Aarão Steinbrück apresentou os seguintes projetos: proíbe a recondução dos vogais da Justiça do Trabalho; e altera o § 1.^o do artigo 662 da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 18-8, págs. 504-05).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado à construção do monumento ao Cel. Plácido de Castro e aos patriotas da Revolução Acreana (D.C. 18-8, pág. 525).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que exclui do grupo das bases ou partes de excepcional importância o município de Salvador, conferindo-lhe autonomia (D.C. 19-8, pág. 554).

Com parecer, foi a imprimir o projeto que autoriza a Mesa da Câmara a remeter ao Presidente da República os autos do inquérito realizado sobre as atividades da Comissão Central de Preços (D.O. 19-8, pág. 563).

Publicada a redação final do projeto que modifica a data do início da contagem de prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União (D.C. 19-8, pág. 570). Aprovada a redação final (D.C. 20-8, página 636).

Requerida pelo Deputado Muniz Falcão e outros a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar os atos do Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no que respeita à má aplicação de leis em vigor (D.C. 20-8, pág. 630).

Debatido, em segunda discussão, o projeto que dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais e dá outras providências (D.C. 20-8, pág. 642). Prosseguiu o debate na sessão de 21 de agosto (D.C. 22-8, pág. 725).

Publicada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para despesas com projetos e prêmios relativos à adaptação do Panteon existente sob o Monumento ao Duque de Caxias, para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros (D.C. 22-8, página 706).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre a naturalização de estrangeiros, domiciliados no Brasil a mais de 10 anos ininterruptos, e que tiverem cônjuge ou filho brasileiro; e b) que isenta do visto consular os turistas cidadãos dos países americanos (D.C. 18-8, pág. 189).

Foram a imprimir os pareceres da Comissão de Redação aos seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto de Santos Dumont; e b) que isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para obtenção de patentes de invenção (D.C. 19-8, página 214).

Foi lido, na primeira discussão, o parecer da Comissão de Educação e Cultura ao projeto de lei do Senado que modifica o art. 3.^o da letra d da lei n.^o 842, de 4-10 de 1949, no sentido de tornar extensiva às obras traduzidas por escritores portugueses, em Portugal, e exclusão de regime de licença prévia de importação. Lido também, pelo Sr. Ferreira de Souza, o parecer da Comissão de Finanças (D.C. 20-8, págs. 239/40).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso da História do Pará (D.C. 22-8, página 252).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 17 de agosto, os deputados: Oswaldo Orico sobre o Congresso Eucarístico Nacional realizado em Belém; Benjamin Farah para proclamar seu estarecimento pelo ato do Prefeito do D.F. que transfere o Centro de Recreação e Cultura de Copacabana para a Cia. de Teatro pertencente a Mme. Morineau; Aarão Steinbrück acerca de problemas de direito sindical; Antunes de Oliveira sobre a nomeação do Superintendente da Valorização da Amazônia; Brígido Tinoco sobre os aposentados e pensionistas da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina; André Araújo a respeito de problemas da Educação; Waldemar Rupp acerca do problema da triticultura em Santa Catarina; Dolor de Andrade sobre o falecimento do gal. Pedro da Costa Leite; Moura Rezende sobre os problemas de alimentação nas grandes cidades do Brasil; Mendonça Junior a respeito de problemas da pesca; Mendonça Braga sobre os desmandos e violências em Alagoas; Celso Peçanha reclamando contra o não pagamento do salário-família do pessoal dos Serviços Nacionais de Febre Amarela e de Malária; Muniz Falcão acerca do projeto que cancela os lançamentos ex-officio do imposto de renda; Frota Aguiar a respeito das empresas concessionárias do Serviço Público; Lima Figueiredo para ler telegrama do Presidente da Associação dos Ferroviários da Noroeste do Brasil; Coelho de Souza sobre o falecimento de Dona Tinoca Amaro da Silveira Torelliv; Carmelo D'Agostino sobre a situação econômica e financeira no país; André Araújo acerca do problema da educação; Vieira de Melo a respeito da conferência que pronunciou, em B. Horizonte, sobre o acôrdo militar Brasil-Estados Unidos; Daniel Faraco, Artur Santos, Lima Figueiredo, Vieira Lins, Oliveira Brito e Lameira Bittencourt quando da votação da primeira discussão do projeto que trata da lavoura cafeeira; Ponciano dos Santos e Crepory Franco quando da discussão do projeto que trata da construção de monumento aos patriotas da Revolução Acreana; Tenório Cavalcanti acerca de problema político do Estado do Rio e Dilermando Cruz acerca de empréstimo feito aos Estados Unidos.

Falaram, na sessão de 18 de agosto, os deputados: Antunes de Oliveira sobre o II Congresso Brasileiro de Floclore a realizar-se na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Celso Peçanha acerca do falecimento do Senhor Julião Jorge Nogueira, atual Presidente da Federação das Indústrias; Gama Filho a respeito da visita que fez às Fábricas da Phillips do Brasil, do Rio e de S. Paulo; Aarão

Steinbruck a respeito da Consolidação das Leis do Trabalho; Vasconcelos Costa sobre promoção dos funcionários do D.C.T.; Nelson Omega sobre os aposentados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões; Muniz Falcão sobre o decreto que regulamentou o abono familiar aos trabalhadores; José Augusto acerca dos desastrosos acontecimentos verificados em Goiânia; Brígido Tinoco apelando à direção da Covibra no sentido de melhor ampararem seus trabalhadores; Raimundo Padilha para encaminhar a votação do projeto de lei da Câmara sobre licença prévia; Fernando Ferrari, Ranieri Mazzilli e Willy Frolich também quando da discussão do mesmo projeto anterior e Henrique Pagnoncelli apelando ao M.V.O.P. no sentido de um melhor entrosamento entre as ferrovias Viação Férrea do R. G. do Sul, a São Paulo-R. Grande e a Estrada de Ferro Sorocabana.

Falaram, na sessão de 19 de agosto, os seguintes deputados: Aarão Steinbruck sobre a lei que concedeu abono aos funcionários que seria extensiva aos serventuários da Justiça; Vasconcelos Costa sobre o projeto que autoriza a construção de trecho da Estrada de Ferro que vai de Bragança, Estado do Pará, à Cidade de S. Luiz, Estado do Maranhão; José Romero sobre o novo contrato da Cia. Telefônica Brasileira; César Costa sobre os problemas da classe Médica Brasileira; Mendonça Junior para apelar ao Senhor Diretor-Geral do D.C.T. no sentido de que se construa edifício dos Correios e Telégrafos na cidade Couripe, no Estado de Alagoas; Nelson Omega sobre concentração do operariado dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões no Teatro Corumbá em São Paulo; Adahil Barreto sobre a necessidade do racionamento da gasolina; Vieira Lins sobre a próxima inauguração do trecho da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina entre Apucarana e Maringá; Saulo Ramos comunicando que representou o Senhor Ministro do Trabalho na inauguração do conjunto residencial construído pela Fundação da Casa Popular no Município da Lagoa-Santa Catarina; Fernando Ferrari acerca dos boatos que versavam numa possível alteração da ordem constitucional do País; Muniz Falcão encaminhando projeto que dispõe sobre a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar atos do Presidente do Instituto Brasileiro do Café; Coelho de Souza sobre o falecimento do Dr. Frederico Dahne; Carmelo D'Agostino sobre obras realizadas em S. Paulo; Fernando Ferrari, Nelson Carneiro, Tristão da Cunha e José Bonifácio para encaminharem a votação do projeto que trata da licença prévia; Francisco Macedo quando da discussão do projeto que dispõe sobre o uso do retrato nos títulos eleitorais; Diniz Gonçalves sobre fatos ocorridos na cidade de Estância, Estado de Sergipe; Azir Maron, acerca da situação da lavoura caçueira na Bahia; Luiz Garcia sobre licença de importação para peças de automóveis requerida pelo Sindicato dos Automobilistas Profissionais do Estado de S. Paulo e Lima Figueiredo sobre a nomeação do Senhor João Pacheco e Chaves para o Instituto Brasileiro do Café. Publicado como se fôra pronunciado o discurso do Deputado Herbert Levy sobre a inauguração das novas instalações do jornal "O Estado de São Paulo".

Falaram, na sessão de 21 de agosto, os seguintes senhores deputados: Guilherme Xavier, sobre as dificuldades que ora atravessa a pecuária e a indústria de Goiás, por falta de transportes; Manoel Ribas, sobre serviços postais-telegráficos no Paraná; Nestor Duarte, para o necrológico do Dr. Luiz Capriglioni; Antunes de Oliveira, sobre os problemas resultantes da enchente do Rio Amazonas; Muniz Falcão, para o necrológico do Dr. Luiz Capriglioni; Aarão Steinbruck, sobre negócios do Banco do Brasil e pagamento de indenizações a empregados da Companhia Brasileira de Explosivos e Munições; Medeiros Neto, sobre federalização da estatística nacional; Waldemar Rupp, sobre transporte de madeiras na Rêde Viação Paraná-Santa Catarina; Ranieri Mazzilli, para o necrológico do Dr. Luiz Capriglioni; Wanderley Junior, sobre recuperação do solo; Heitor Beltrão, sobre assuntos da P.D.F.; Carlos Valadares, sobre a heroína Maria Quitéria de Jesus; Ruy Santos sobre o mesmo assunto; Altamirando Requião idem; Luiz Garcia, sobre a figura do deputado Soares Filho, a propósito da

inauguração do seu mausoléu; Francisco Macedo, sobre títulos eleitorais com retrato; Tenório Cavalcanti, sobre economia política; Bilac Pinto, para solicitar retificação de apartes do deputado Euvaldo Lodi; Armando Falcão, sobre o caso de "Última Hora"; Medeiros Neto, sobre celebrações a respeito da chegada de Pedro II a Alagoas.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 17 de agosto, os senadores: Mozart Lago sobre as atividades administrativas do IAPETC; João Vilasboas, e Rui Carneiro a propósito do modo pelo qual estariam sendo tratados paraibanos, trabalhadores dos seringais, no Estado de Mato Grosso.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 18 de agosto, os Senadores: Alencastro Guimarães para falar sobre os problemas relativos a CEXIM e a COFAP e Domingos Velasco sobre as dificuldades de transportes no Estado de Goiás.

Falaram, na sessão de 19 de agosto, os senadores: Novais Filho sobre apelo da Assembléia Legislativa do seu Estado, no sentido de ser autorizada a agência do Banco do Brasil do Recife a financiar as Usinas de Açúcar de Pernambuco e Pereira Pinto para pedir um voto de pesar pelo falecimento do usineiro campista Julião Jorge Nogueira.

Falaram, na sessão de 21 de agosto, os senadores: Domingos Velasco sobre pensamento do P.S.B. acerca da grave conjuntura política e social do país; Mozart Lago e Ezechias da Rocha sobre o falecimento do professor Luiz Capriglione e Alvaro Adolfo acerca do projeto que regula os salários dos trabalhadores da Imprensa, tendo em vista artigo que regula os publicados em jornal do país.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Agricultura, sobre a situação da Colônia de Pescadores de Copacabana; do Ministério da Viação sobre motivos por que servidores da E. F. Santos a Jundiá não percebem certos benefícios fixados em lei para os servidores da União; do Ministério das Relações Exteriores, sobre reexportação do café brasileiro; do Ministério da Aeronáutica, sobre dotações orçamentárias para as obras do aeroporto de Londrina (D.C. 18-8, pág. 501).

Lidas as seguintes informações do Ministério da Educação: sobre o projeto que cria a Universidade de Santa Catarina; sobre a Escola de Belas Artes de Porto Alegre; e sobre edição do livro do Gal. Leitão de Carvalho (D.C. 19-8, pág. 553).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Viação, sobre o abandono em que se encontra a Rodovia Rio-Bahia; e do Ministério da Aeronáutica, sobre projeto de lei que dá nova denominação ao aeroporto da Capital de São Paulo (D.C. 20-8, pág. 615).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Orlando Dantas, sobre a venda de minérios a países estrangeiros pela Cia. do Vale do Rio Doce; e do Deputado Tenório Cavalcanti, sobre pagamento de vantagens previstas na Lei n.º 1.711, de 1952, ao pessoal do Loide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira (D.C. 20-8, pág. 630).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Educação, sobre prédios escolares; do Ministério do Trabalho, sobre dívidas dos "Diários Associados" do IAPC; do Ministério da Fazenda, sobre projeto que modifica a legislação de proteção à família; do mesmo, sobre pagamentos de vantagens aos empregados da E. F. Santos a Jundiá; ainda do mesmo, sobre recusa de proposta de compra de algodão brasileiro (D.C. 22-8, pág. 694).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Muniz Falcão, sobre aposentados beneficiados por acórdão do Conselho Superior da Previdência Social; do deputado Jaime Teixeira, sobre propostas organizadas por diretores

de Estradas de Ferro da União, para obras destinadas à conservação das mesmas; do deputado Muniz Falcão, sobre motivos pelos quais ainda não foi inaugurado o hospital para doentes mentais construído em Maceió; do deputado Lameira Bittencourt, sobre embarque ilegal de couro de jacaré para os Estados Unidos (D.C. 22-8, página 708).

Recebidas as informações do Sr. Ministro da Justiça, relativas ao requerimento do senador Mozart Lago sobre o despejo do prédio ocupado em Vila Nova, no Realengo.

Requerida ao Sr. General Chefe de Polícia por intermédio do M. J. N. I. se o denominado "Grande Hotel Brasil" continua como os demais estabelecimentos inspecionados pela Polícia.

Recebidas as informações do Ministério da Fazenda pedidas pelo Senador Alencastro Guimarães a respeito da CEXIM.

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovados os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Epílogo de Campos e Benjamin Farrah (D.C. 19-8, pág. 583). Idem ao deputado Demerval Lobão (D.C. 20-8, pág. 636).

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I — 1937-1938

- Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro, fevereiro (esgotados), março.
- Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.).

ANO II — 1939

- Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
- Vol. II — abril-maio, junho.
- Vol. III — julho-agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.).

ANO III — 1940

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto (esg.), setembro.
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO IV — 1941

- Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho, agosto, setembro (esgotados).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO V — 1942

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro (esg.).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

ANO VI — 1943

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

ANO VII — 1944

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO VIII — 1945

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO IX — 1946

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto-setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

ANO X — 1947

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XI — 1948

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XII — 1949

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIII — 1950

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIV — 1951

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XV — 1952

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XVI — 1953

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro.



Solenidade de entrega, pelo Dr. Junqueira Ayres, ao Dr. Arízio de Viana, Diretor-Geral do D.A.S.P., do questionário da Comissão do Plano de Classificação de Cargos